

## “NÃO EXISTIA EMPREGO E A GENTE SE VIRAVA” – A CIDADE EM CRISE E O TRABALHO DE CARVOEIRO E CARVOEIRAS: MANAUS (1945-1967)

"There was no employment and the people gone" - a city in crisis and the work of carvoeiros and carvoeiras: Manaus (1945-1967)

Sérgio Carvalho de Lima\*

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar os mundos do trabalho em carvoarias no período comumente denominado de “crise”, ou seja, pós surto gomífero, na região amazônica. Nesse sentido, busca perceber ainda, que a visão totalizante de uma cidade em crise e unicamente pelo viés da economia gomífera acabou limitando e esvaziando os diversos processos sociais e históricos da cidade, entre eles as experiências de inúmeras categorias de trabalhadores, como a dos carvoeiros e carvoeiras. A partir de fontes orais, imprensa e relatos memorialísticos, buscamos destacar esses sujeitos em suas múltiplas dimensões e experiências de viver e trabalhar.

**Palavras-chave:** Trabalho, carvão vegetal, carvoeiros.

**Abstract:** This article aims to analyze the work that happened at charcoals, during the period frequently denominated as crisis, in other words, after the rubber outbreak, in the Amazonian region. Therefore, intends to study the general perception of the city in crisis that due to a economy centered at the rubber production, ended up limiting and emptying historical and social processes of the city. Among those, the experiences of various categories of workers, such as coal workers. Based on oral sources, the press and memorial stories, we intend to highlight those individuals in their multiple dimensions, as well as work and living experiences.

**Keywords:** Work, charcoal, Coal workers.

“Não existia emprego e a gente de virava [...] fazia carvão, cortava lenha [...]”<sup>1</sup>. Foi com esta frase que um dos nossos interlocutores, Wilton Alves, se posicionou quando questionado sobre sua inserção no mundo trabalho da carvoaria. Essa fala é bastante significativa, na medida em que aponta para alguns elementos que nortearam a presente pesquisa.

O relato do entrevistado remete-nos a um período que, a nosso ver, não tem sido tão observado nos estudos históricos locais recentes, o período pós-surto gomífero, sobretudo no campo da história do trabalho. Este período é visualizado, numa perspectiva historiográfica mais tradicional, como uma época de estagnação, crise e paralisia econômica na cidade. Importante destacar ainda que, de acordo com esta perspectiva, após uma nova e breve euforia

---

\* Professor da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/AM) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Manaus). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [sergiolima.scj@gmail.com](mailto:sergiolima.scj@gmail.com).

<sup>1</sup> PEREIRA, Wilton Alves. Wilton Alves Pereira: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 47 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH-UFAM.

nos anos da Segunda Guerra com a batalha da borracha, a cidade continuou seu estado de inércia que só findaria com a instalação da Zona Franca<sup>2</sup>, que a colocaria novamente nos rumos do progresso.

Chama atenção ainda nas palavras de Wilton que, diante de um cenário por ele considerado adverso, nosso interlocutor e, certamente outros trabalhadores, construíram suas próprias estratégias de sobrevivência. Vale lembrar, nesse sentido, que de acordo com Pierre Bourdieu, a ideia de estratégia, está relacionada com o “senso prático, ou, se preferirmos, o que os esportistas chamam de ‘sentido do jogo, como domínio prático da lógica ou da necessidade imanente de um jogo’”<sup>3</sup>.

Entendemos assim que, nesse contexto, a opção pela atividade da carvoaria não ocorreu aleatoriamente, haja vista que, fabricar ou vender carvão vegetal, como veremos, era uma atividade que se realizava num momento em que o país – e mais especificamente a cidade – apresentava uma considerável necessidade dessa fonte energética. E nesse sentido é que buscamos focalizar com a presente temática o universo de trabalho dos carvoeiros, trabalhadores que lidavam com o fabrico e comercialização do carvão vegetal na cidade de Manaus.

Nessa perspectiva não podemos deixar de nos reportar às leituras dos historiadores E.P. Thompson e E. Hobsbawn. Sabemos que a história social e do trabalho, no Brasil, tem forte inspiração nos estudos desses historiadores. Tal influência é evidenciada, pois, a partir de um pensamento de renovação e, sobretudo, ampliação da história tradicional, acentuaram a importância da história vista de baixo, de sujeitos muitas vezes negligenciados pela corrente principal.

A historiografia social do trabalho, por sua vez, tem passado por grandes transformações nos últimos anos, alargando suas fronteiras teóricas e temáticas, priorizando não apenas o estudo do operariado fabril e dos movimentos organizados<sup>4</sup>, mas incluindo também em sua temática outras categorias de trabalhadores. A própria noção de trabalhador e classe trabalhadora, nesse sentido, como destaca Fortes<sup>5</sup>, vem se ampliando.

---

<sup>2</sup> A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada pela Lei Nº 3.173, de 06 de junho de 1957, como Porto Livre. O Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. (Fonte: [http://www.suframa.gov.br/zfm\\_historia.cfm](http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm). Consulta realizada em 31 de julho de 2016).

<sup>3</sup> BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 79.

<sup>4</sup> CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando T. da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Campinas, Cad. AEL, v.14, n.26,2009, p. 43.

<sup>5</sup> FORTES, Alexandre et al. *Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do Trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 25



Nesse movimento, historiadores como Marcel van der Linden, ligado aos estudos da história global do trabalho, também ressaltam a necessidade de um olhar menos rígido quanto às fronteiras entre o trabalho livre assalariado e o trabalho autônomo (por conta própria), quanto ao trabalho urbano e o trabalho rural; os limites entre estas categorias e espaços não devem assim, segundo o autor, serem tomadas de forma absoluta<sup>6</sup>.

Por sua vez, estudos como os do antropólogo James Scott sobre o campesinato e o mundo rural em regiões do sudeste asiático propõem o debate em torno do que o autor definiu como a resistência cotidiana, aquela que se caracteriza menos por confrontações massivas, organizações formais, manifestos etc. e se configura exatamente por seu caráter informal<sup>7</sup>, tácito, implícito, oculto.

Esses olhares são importantes na medida em que também iluminam o estudo da categoria dos trabalhadores em carvoarias da cidade de Manaus no contexto do período pós-surto gomífero. Parafraseando o historiador E.P. Thompson é importante destacar, contudo, que estes trabalhadores “não deixaram seus asilos repletos de documentos para serem analisados”<sup>8</sup>. Nesse entendimento, foram importantes as pequenas notícias e informes na imprensa diária, bem como os relatos de memorialistas locais<sup>9</sup>. Sabemos, contudo, que longe de representarem a “realidade” as primeiras constituem-se na verdade num “determinado filtro que cabe ao historiador determinar e equacionar em sua análise”<sup>10</sup>. Quanto aos relatos dos memorialistas, a despeito de ressaltarem aspectos importantes do cotidiano, acabam enfatizando uma visão romântica da cidade com seus costumes e tradições desaparecidos.

Diante disso é que, no processo de pesquisa, buscamos trilhar os complexos, porém fascinantes caminhos da história oral. Como assinala Verena Alberti, a importância da história oral, enquanto possibilidade de pesquisa, resulta principalmente do seu caráter de vivacidade na análise do processo histórico, dando sentido assim “as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes”<sup>11</sup>.

<sup>6</sup> LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 27.

<sup>7</sup> SCOTT, James C. *Exploração normal, resistência normal*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 223.

<sup>8</sup> THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 26.

<sup>9</sup> ANDRADE, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Manaus: Editora Umberto Calderaro, 1985; PERES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*. Manaus: Imprensa Oficial, 1984; MELO, Thiago de. *Manaus, Amor e Memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

<sup>10</sup> SPIG, Marcia Janete. *O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado*. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUC/RS, v. 24, n. 2, 1998, p. 276.

<sup>11</sup> ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em História oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 14.



Mais que um complemento à fonte escrita, a história oral se apresenta como uma rica fonte de pesquisa para o historiador na medida em que possibilita meios de reconstrução do cotidiano e da memória de sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa, captando assim parte de suas vivências e experiências, bem como sua percepção subjetiva do processo histórico.

Como salientam ainda Ferreira e Amado “o uso sistemático do testemunho oral possibilita a história oral esclarecer trajetórias individuais, eventos e processos que às vezes não tem como ser entendidos ou elucidados de outra forma [...]”<sup>12</sup>. Nesse sentido é que buscamos tomar os relatos orais aqui utilizados<sup>13</sup> e que se remetem e, alguns vão além, dos marcos temporais definidos, ou seja, os anos de 1945 a 1967.

Cabe salientar ainda que o marco final da pesquisa, o ano de 1967, foi definido considerando-se dois aspectos: a criação da Zona Franca de Manaus, que assinala um novo período de mudanças para a cidade e, nesse bojo, para o universo do trabalho e da atividade da carvoaria. É nesse período também que ocorre a criação, pela ditadura militar, através do decreto-lei nº 289, do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal). A criação desse órgão trará um relativo impacto na atividade carvoeira, tendo em vista uma maior fiscalização e controle de atividades ligadas à extração de madeira.

## UMA CIDADE EM CRISE?

O período pós-surto gomífero na cidade de Manaus tem sido destacado, numa perspectiva histórica oficial, como de estagnação econômica. Arthur Reis, um dos principais representantes dessa corrente na obra *Súmula de História do Amazonas*, afirma que, com o colapso do ciclo da goma silvestre na região, “começou o êxodo dos seringueiros; e com ele, todo o vasto cortejo de desastres econômicos, financeiros e sociais”<sup>14</sup>.

Nesse enfoque, a cidade teria mergulhado em um período negro de decadência, em um imobilizante marasmo econômico, tornando-se assim um imenso território empobrecido, no qual a vida teria entrado em completo estado de inércia<sup>15</sup>. Jefferson Peres, tributário desta concepção, assinala que

Em meados dos anos 40, do século passado, Manaus era um modesto aglomerado urbano, de pouco mais de 100 mil habitantes, com todas as características de uma típica capital de província. A vida fluía sem pressa e sem

<sup>12</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. 8.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 14.

<sup>13</sup> A pesquisa teve como colaboradores as seguintes pessoas: Wilton Alves Pereira (88 anos) Alfredo Castro Lisboa (62 anos), Francisco Soares (65 anos), Judith dos Santos (74 anos), Raimunda Soares (82 anos) e Moacir Andrade (89 anos). Todas as entrevistas estão transcritas em anexo na dissertação defendida em 01 de setembro de 2017.

<sup>14</sup> REIS, Arthur. *Súmula de História do Amazonas*. Manaus: Ed. Valer/Governo do Estado do Amazonas, 2001, p.77.

<sup>15</sup> SOUZA, Márcio. *História da Amazônia*. Manaus: Valer, 2009, p. 306.



sobressaltos, num ritmo ditado pelas condições físicas, econômicas e culturais de uma comunidade pequena, com três décadas de estagnação e obediente a valores tradicionais.<sup>16</sup>

É importante destacar, porém, que a ideia de uma totalizante paralisia econômica pós-borracha vem sendo questionada nos últimos anos a partir de estudos produzidos, não somente no campo da História<sup>17</sup>, mas em outras áreas das Ciências Humanas e Sociais<sup>18</sup>. Ana Maria Daou, ressalta, nesse sentido, a necessidade de não se reduzir os processos sociais e históricos da cidade apenas à perspectiva do capital. A autora observa que os efeitos da crise na verdade podem

Ser percebidos de diferentes formas, destacando-se as temporalidades distintas existentes entre os fatos econômicos e as estruturas internalizadas, os estilos de vida e as concepções de mundo. Reduzir as transformações ocorridas na Amazônia à crise da borracha, tal como entendida e narrada pela história do capital, do volume e do valor das exportações, significa perder de vista uma série de permanências caudatárias das posições particulares dos diferentes agentes sociais<sup>19</sup>

Desse modo, ainda que se tenham reduzido drasticamente as exportações do principal produto até então, a borracha, outros itens primários, oriundos do extrativismo, ganharam importância, e a cidade continuou fluindo, vivendo e trabalhando, mas em outro ritmo.

Chama a atenção em boa parte dos relatórios de governo do período<sup>20</sup> que, mesmo sem o vigor produtivo de outrora e após uma rápida retomada de fôlego no período da Segunda Guerra Mundial que se estendeu por mais alguns anos, a borracha continuou sendo ainda um dos principais produtos de exportação da economia amazonense, acompanhada de outros artigos oriundos do economia extrativista<sup>21</sup>, como a castanha, couros e peles de animais, madeiras, fibras vegetais (juta, malva), guaraná, entre outros. Ao destacar sua escolha pelo trabalho de carvoeiro, Francisco Soares, um dos nossos entrevistados ressalta também em sua narrativa a experiência com os produtos florestais no interior do Estado

Porque eu me enjoei de lá do interior, trabalhava no interior, as coisas vão ficando muito caro, difícil e o negócio de pescar, cortar madeira, sova, cortar seringa, tudo ficando meio difícil, o pessoal não queria mais comprar borracha

<sup>16</sup> PERES, Jefferson. Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei. Manaus: Ed. Valer, 2002, p. 23

<sup>17</sup> Ver SOUZA, Leno José Barata. "Cidade Flutuante" - Uma Manaus Sobre as Águas (1920-1967). Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/SP. 2010, p. 19

<sup>18</sup> Ver OLIVEIRA, Jose Aldemir de. Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003.

<sup>19</sup> DAOU Ana Maria. Cidade, teatro e o "Paiz das seringueiras": práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014, p. 67.

<sup>20</sup> Mensagens de governo: interventor Álvaro Botelho Maia (1938-1944); Governador Leopoldo da Silva Neves (1948-1950); Governador Álvaro Botelho Maia (1951-1954); Plínio Ramos Coelho (1955-1958).

<sup>21</sup> LOUREIRO, Antônio. Tempos de esperança: Amazonas 1917-1945. Manaus: Ed. Sergio Cardoso, 1994, p. 56-71.



aí eu vim me embora pra Manaus, a profissão mais fácil que eu achei foi essa [carvoeiro] e botei pra trabalhar [...]”<sup>22</sup>

Embora ausente dos relatórios e estatísticas oficiais, pode-se incluir ainda nesse rol de produtos, como lembram os entrevistados, assim como os memorialistas Moacir Andrade<sup>23</sup> e Jefferson Peres<sup>24</sup>, algo que era na “época essencial à vida da população”<sup>25</sup>, sobretudo à economia doméstica da cidade, mas também as usinas elétricas, pequenas indústrias e oficinas, o combustível, ou seja, a lenha e o carvão, o qual era produzido e oferecido sobretudo pelos carvoeiros e carvoeiras. Nesse sentido a fala de um dos colaboradores da pesquisa, Wilton Alves Pereira é importante ao ressaltar que

Só tinha o carvão mesmo e a lenha, primeiramente a lenha, da lenha era o carvão. Fogão desses fogão agora que tem agora não tinha. Naquela época não tinha...existia uns motor que viajava no rio que era queimando o carvão... Existia, como eu acabei de dizer naquela outra vez que tinha oficinas, que ela gastava né, oficina, alguma churrascaria pequena, mas a maior parte era pra vender pra fogão mesmo<sup>26</sup>

É significativa a fala de Wilton, pois em uma das canções mais conhecidas e populares do Amazonas, a cidade de Manaus recebeu o título de “porto de lenha”<sup>27</sup>. Não obstante as várias leituras e interpretações que a letra da música suscita, é notório que a alcunha faz alusão a uma realidade muito presente no cotidiano da cidade e do estado como um todo no contexto aqui observado, a utilização da lenha e, concomitantemente, do carvão vegetal como combustíveis do cotidiano citadino.

## MANAUS: UMA CIDADE MOVIDA A CARVÃO

Em seu estudo sobre a cidade e os trabalhadores urbanos de Manaus do início do século XX, a historiadora Francisca Deusa Sena da Costa afirma que, a despeito de ter sido uma das primeiras capitais a contar com energia elétrica, “tido como fator de modernidade, Manaus sustentava-se, majoritariamente, da energia a vapor, seja nos navios, pequenas fábricas, padarias, gráficas ou usinas”<sup>28</sup>.

<sup>22</sup> SOARES, Francisco. Francisco Soares: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima: UFAM, 2016. 47 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH-UFAM.

<sup>23</sup> ANDRADE, Moacir. Manaus: Ruas, fachadas e varandas. Manaus: Ed. Humberto Calderaro, 1984.

<sup>24</sup> PERES, Jefferson. Evocação de Manaus: como eu a vi e sonhei. Manaus: Valer, 2002.

<sup>25</sup> PERES, Jefferson. Op. Cit. p. 208

<sup>26</sup> PEREIRA, Wilton Alves. Wilton Alves Pereira: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima: Manaus: UFAM, 2016. 47 minutos sonoros. Entrevista ao PPGH-UFAM.

<sup>27</sup> A canção Porto de Lenha foi composta em meados da década de 1970 pelo poeta, escritor e jornalista Aldisio Figueiras e pelo músico e compositor José Evangelista Torres Filho, o Torrinho. Segundo seus autores, a música traz implícito a crítica a uma cidade que nega sua identidade e não se preocupa em pensar sua própria realidade (Fonte: Jornal A Crítica, 24 de outubro de 2010)

<sup>28</sup> COSTA, Francisca Deusa Sena da. Quando viver ameaça a ordem urbana – trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Valer, 2014, p. 66.





Por essa época, também, o periódico *Correio do Norte* informava que em Manaus “a população pobre vive quase que exclusivamente da pesca e do fabrico do carvão”<sup>29</sup>. Outro periódico, *Quo Vadis*, dava destaque em uma de suas páginas para o anúncio de uma “Empresa de combustível vegetal” que se propunha a explorar o comércio de produtos madeireiros, entre eles lenha e carvão vegetal: “E. Daniel & Co., estabelecidos na Villa Municipal, dispendo de grande depozito de lenhas apropriadas [...]; carvão vegetal próprio para oficinas, fogareiros e ferros de engomar”<sup>30</sup>.

A dependência do combustível natural não se constituía uma novidade na região, haja vista que, de acordo com o escritor Antônio Loureiro, a viagem inaugural da navegação a vapor no Amazonas passou por uma terrível dificuldade quando a embarcação, por falta de suprimento de carvão, teve de utilizar a lenha para aquecer suas caldeiras e seguir o itinerário até Belém<sup>31</sup>.

É notório que, decorridas mais de três décadas do período evocado pela historiadora, assim como pelos periódicos supracitados, a estrutura energética da cidade de Manaus continuava ligada à utilização dos combustíveis naturais, sobretudo à lenha e ao carvão vegetal. A existência de um maquinário antigo<sup>32</sup>, o qual gerava boa parte da energia para a cidade, de equipamentos domésticos<sup>33</sup> (fogões, fogareiros, ferros de passar/engomar), além das embarcações que usavam esses materiais e da própria floresta como uma fonte em tese inesgotável destes recursos, contribuía de modo particular para essa preponderância.

Sabemos que o carvão serviu de base para a estruturação da primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, em meados do século XVIII. Já na segunda metade do século XIX, porém, gestavam-se, nas principais economias capitalistas, os elementos que constituiriam a Segunda Revolução Industrial que tinha como base a indústria química, o aço, a eletricidade, o

<sup>29</sup> *Jornal Correio do Norte*, Ano I, nº 12, 03/02/1906, p. 2.

<sup>30</sup> *Jornal Quo Vadis*, 03 de janeiro de 1903, p. 4. Fonte: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 31/06/2016

<sup>31</sup> LOUREIRO, Antônio. *O Amazonas na época imperial*. Manaus: T.Loureiro & Cia., 1989, p. 177.

<sup>32</sup> Fonte: Relatório do Governador Álvaro Botelho Maia, 3 de maio de 1937. Vale ressaltar que, desde 1909, o fornecimento de luz elétrica para a cidade era feito pela concessionária inglesa, a *The Manaos Tramways and Light Company*, que também passou a explorar o serviço de transporte urbano dos bondes. Em 1910, construiu-se, no bairro do Plano Inclinado (atual bairro de Aparecida), uma nova usina geradora, a Usina Central. No bairro da Cachoeirinha, no ano de 1939, foi inaugurada a Sub-usina de Luz (CASTRO, Mavignier de. Síntese histórica da evolução de Manaus. 2.ed. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1968, p. 138).

<sup>33</sup> São Paulo era uma das poucas capitais que contava, já desde o início do século XX, com serviços de gás (SILVA, Joao Luiz Máximo da. *Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930*. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.15. n.2. p. 197-220. Jul/dez. 2007. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142007000200018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000200018)).



petróleo e a produção em larga escala. O Brasil, entretanto, levou pelo menos cem anos para “internalizar os adventos da Primeira revolução industrial”<sup>34</sup>.

Segundo a historiadora Clarice Speranza, o carvão mineral já vinha sendo explorado no Brasil desde meados do século XIX, sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, porém é somente a partir de fins deste século que o país começa a ingressar nos primórdios da indústria do carvão, onde o foco passa a ser a exploração racional dos recursos com vistas a maximizar os lucros<sup>35</sup>.

O produto torna-se assim, de grande importância para a economia, servindo basicamente como combustível para o transporte ferroviário e marítimo, pequenas indústrias e, a partir da década de 1940, como a principal fonte da Companhia Siderúrgica Nacional, onde alimentava o alto forno de Volta Redonda. Nessa direção, Clarice Speranza destaca que

Em 1947, o carvão nacional era o primeiro produto de extração mineral do Brasil em termos de quantidade, e ocupava um confortável primeiro lugar também em termos de valor. A quantidade produzida nesse ano beirava 2 milhões de toneladas, bem acima do segundo produto do ranking nacional (o minério de ferro, com 590 mil toneladas)<sup>36</sup>.

Ainda que fundamental para a economia do país e comportando um dos mais expressivos contingentes de trabalhadores, a mineração de carvão, enquanto fonte energética primária, era, nesse contexto, superada por dois combustíveis naturais: a lenha e, sobretudo, o carvão vegetal. Embora desde o início do século XX já se importasse petróleo e o próprio carvão mineral e houvesse um enorme potencial hidrelétrico<sup>37</sup>, segundo Warren Dean, a economia e a indústria brasileira dependiam “primordialmente de seu enorme estoque de recursos vegetais nativos para ter combustível”<sup>38</sup>

O carvão mineral e o carvão vegetal, embora tenham suas similaridades enquanto fontes energéticas, apresentam grandes diferenças do ponto de vista dos aspectos relacionados à produção, circulação e relações de trabalho. Na atividade da mineração,<sup>39</sup> o principal

<sup>34</sup> FILHO, Alcides Goularti & LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Relações de Trabalho e formação da mão-de-obra mineira em Santa Catarina. In: FILHO, Alcides Goularti (org.). Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 36

<sup>35</sup> SPERANZA, Clarice. Cavando Direitos – As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012, p.43.

<sup>36</sup> SPERANZA, Clarice. Op. Cit., p. 198-199.

<sup>37</sup> DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 267.

<sup>38</sup> DEAN, Warren. Op.cit., p. 267.

<sup>39</sup> A Revista Mundos do Trabalho dedicou a edição de nº 14 ao tema “Os mineiros e trabalho em mineração” (Revista Mundos do Trabalho, vol. 7, n. 14, jul-dez/2015. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/issue/view/2340>).





personagem do processo, o mineiro, na maioria das vezes, possui uma relação formal com uma empresa que realiza a produção em escala industrial e o produto não lhe pertence.

O trabalho com o carvão vegetal, por sua vez, realizado sobretudo pelo carvoeiros, tem se embasado em relações não formais de trabalho e, na maioria das vezes, por conta própria. Brannstrom afirma que as recorrentes demandas por madeira no contexto brasileiro têm dado suporte a atividades e relações e condições que ainda são pouco estudadas, entendidas e sequer conhecidas<sup>40</sup>.

## O TRABALHO DOS CARVOEIROS E CARVOEIRAS

Quando perguntado sobre a procedência do carvão comercializado por ele e por outros carvoeiros em um antigo ponto de venda da cidade, localizado na confluência de dois bairros populares na época (Educandos e Cachoeirinha), o senhor Alfredo Castro afirma:

O pessoal vinha de todo canto, vinha carregado de carvão e eu comprava...Tarumã, Tarumãzinho, Tarumã Grande, todo canto se exportava carvão, do Manaquiri, Puraquequara, tudo vinha carvão, nós comprava daí<sup>41</sup>

A fala de Alfredo é significativa ao indicar uma intensa comercialização do carvão pela cidade. Sinaliza ainda para a existência de uma ampla rede pessoas envolvidas nesta atividade, indo desde os que produziam o carvão nas matas que circundavam a cidade ou localidades próximas, passando por diversos revendedores que compravam a produção, sobretudo pelas margens fluviais da cidade, e finalmente chegando as mãos dos vendedores, muitos deles ambulantes.

Certamente que a produção do carvão se constituía em uma das fases mais complexas e exaustivas desta cadeia, haja vista o emprego de um conjunto de técnicas adquiridas muito provavelmente na própria experiência. O carvoeiro Wilton Alves traz, nesse sentido, o seguinte relato:

Eu acordava cedo, seis horas da manhã já tava na hora do trabalho, ia pro mato trabalhar, ia roçar, derrubar madeira, naquele tempo não tinha moto serra, era só machado, ai botava o roçado pra secar como a gente chama se cai que eu digo é pra [inaudível] a folha, aú com oito dias, dez dias a gente tocava fogo nele, aí aquele folha maior, aqueles bichos, aqueles insetos, saia, queimava e ai a gente ia rolar madeira pra fazer o carvão depois de tirar toda aquela madeira ali quente naquele local, aí ia plantar, plantava macaxeira, banana, maxixe, cará<sup>42</sup>.

<sup>40</sup>BRANNSTROM, Christiam. "A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? Avaliando a hipótese da madeira, 1900-1960. In: FRANCO, Jose Luiz de Andrade et al (orgs). Historia Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 65.

<sup>41</sup> LISBBOA, Alfredo Castro. Alfredo Castro Lisboa: depoimento [dez; 2001] Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus, UFAM, 2001, 50 minutos sonoros. Entrevista concedida ao Departamento de História da UFAM.

<sup>42</sup> PEREIRA, Wilton Alves. Wilton Alves Pereira: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 47 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH-UFAM.



Wilton Alves ressalta, assim, nessa fala, os momentos iniciais do processo de fabricação do carvão, que o mesmo realizava em uma pequena propriedade, de acordo com ele, deixada pelos pais, localizada na várzea do Manaquiri, município interiorano do Amazonas, distante cerca de 60 quilômetros de Manaus.

Wilton Alves, além de agricultor, foi, durante anos, produtor e revendedor de carvão vegetal em diversos pontos da cidade, mas, sobretudo, em um dos mais tradicionais, localizado próximo ao igarapé de Manaus<sup>43</sup> e que se transformou no decorrer do período na rua do carvão<sup>44</sup>.

A fabricação do carvão, como acontecia em diversos pontos do país e do estado, iniciava-se com o corte das árvores para obtenção da lenha – “rolar madeira”, segundo o entrevistado. Conforme explicou Wilton, a queima da lenha para obtenção do carvão ocorria em estruturas conhecidas como *caieiras*, espécie de fornos construídos manualmente pelo carvoeiro através de um buraco aberto no próprio chão, onde a madeira era depositada, como ressalta Wilton:

O de caieira, é lotado em uma da terra, aí cerca pelos lados, põe terra em uma lata afoga, aí ela vai queimando e a gente puxando [inaudível] né, até quando termina de queimar o pau termina de puxar o carvão. Que naquela época do interior era caieira, era como carvão fraco, né. Aqui no forno já mudou, ele tem o carvão mais forte e é como que eu tô dizendo, o trabalho foi mais avançado e uma parte de sete dia já tira um tempo pra outro e na caieira era diferente, era 1 mês, então aqui a facilidade melhorou mais, então ficou melhor de compra, ficou no enxuto, com os pés no sapato<sup>45</sup>.

A caieira, citada por Wilton, era sem dúvida o mais importante método de produção do carvão vegetal utilizado pelos carvoeiros, haja vista que o principal investimento era o próprio trabalho necessário para montá-la. Para Wilton, assim como para outros produtores interioranos, isso representava um ganho significativo em função das dificuldades de transporte para a cidade, como lembra em uma de suas falas:

Naqueles tempos, não tinha motor, era andando assim a voga, a voga que eu digo é uns esquife que a gente botava na popa do barco né, saia remando, remando quase meio dia, quando não era cinco, seis horas, não tinha motor, motor era difícil<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> O Igarapé de Manaus faz parte da bacia do Educandos, uma das cinco que cortam a cidade de Manaus.

<sup>44</sup> Este ponto de (re)venda do carvão localizava-se próximo a uma antiga sub-usina de energia no bairro da Cachoerinha, as margens Igarapé de Manaus. No local, comercializava-se principalmente o carvão produzido em municípios vizinhos, como Manaquiri, o qual era transportado em uma embarcação regional denominada “batelão”. Sublinhamos, ainda, que este local só muito recentemente, ao final dos anos 2000, foi desmantelado pela gestão municipal, o qual se justificativa, entre outras coisas, pela “ilegalidade” ambiental da qual a atividade da carvoaria passou a ser vista nos últimos anos.

<sup>45</sup> PEREIRA, Wilton Alves. Wilton Alves Pereira: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 47 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH-UFAM.

<sup>46</sup> PEREIRA, Wilton Alves. Wilton Alves Pereira: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 47 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH-UFAM.



Observa-se na narrativa de Wilton, o diálogo que faz entre o método do passado, a caieira, e o método atual mais disseminado, os fornos, estes geralmente construídos com tijolos e cimento<sup>47</sup>. Wilton avalia assim que o carvão feito atualmente em fornos possui uma qualidade superior em relação àquele produzido nas caieiras, que, apesar de mais simples, acarretava uma produção mais demorada e de baixa quantidade. Isso certamente nos remete às peculiaridades do relato oral, no qual o ato de recordar e contar já constitui em si uma interpretação<sup>48</sup>, como nos adverte Alessandro Portelli.

Vale ressaltar ainda que, para Wilton, em seu cotidiano, a lida do carvão entrelaçava-se a outras atividades e conhecimentos próprios de homem ribeirinho: roçar, capinar, preparar a terra para o plantio dos alimentos. Chama a atenção, assim, na vivência de Wilton Alves, a simultaneidade de atividades presente em seu cotidiano, a fluidez quanto à relação trabalhador/proprietário, realidade bem observada pelo historiador Marcel Van der Linden<sup>49</sup>

Quanto à madeira, a matéria-prima básica para a fabricação do carvão, não encontramos, nos relatos orais ou mesmo na literatura do período, referência a uma madeira própria ou específica esse fim. Nesse sentido, Judith dos Santos<sup>50</sup>, quando lhe perguntei qual tipo de madeira usava para fazer seu carvão, salienta: “madeira, menino, para fazer o carvão? É qualquer madeira, qualquer madeira; o carvão só é feito de madeira nova no Tarumã”<sup>51</sup>. Raimunda Soares, outra colaboradora, compartilha experiência semelhante quando afirma o seguinte: “Mano, foi assim [...] comecei a fazer carvão que eu trabalhava com madeira né, aí eu fazia carvão e vendia assim pro pessoal”<sup>52</sup>. Os demais entrevistados, atuando mais na esfera da comercialização, não forneceram elementos quanto a esse aspecto.

Ex-moradora da “Cidade Flutuante” e residindo em um dos mais novos bairros de Manaus que, à época, formava-se também com a chegada de interioranos, o Santo Antônio<sup>53</sup>,

<sup>47</sup> O documentário *Os Carvoeiros* (1999) apresenta e discute os atuais processos e condições de trabalho em carvoarias, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4VObVMU4J8E>.

<sup>48</sup> PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996, p. 2.

<sup>49</sup> LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. História, São Paulo, v. 24, n. 42, 2005, p. 25.

<sup>50</sup> O envolvimento feminino nessa atividade, assim como os diversos aspectos relacionados a essa dimensão foram abordados no terceiro capítulo da dissertação.

<sup>51</sup> SANTOS, Judith dos. Judith dos Santos: depoimento [jan. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 89 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM. O local a que se refere à colaboradora, o Tarumã, foi, desde o período da borracha, fornecedor de pedra, areia e barro para a construção civil, além do carvão. A existência de inúmeras cachoeiras nessa região significou também durante muito tempo lazer e diversão para os moradores da cidade (Fonte: Jornal do Comércio, 24 de outubro de 2006, Edição comemorativa do 337º aniversário da cidade)

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Raimunda Soares de. Raimunda Soares de Oliveira: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 53 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM.

<sup>53</sup> A história do bairro começa a partir da década de 1950, quando a sua área foi loteada e vendida por pelos empresários J.G. de Araújo, e por Isaac Benzecry. Ambos pretendiam plantar seringueiras nesse local, porém o



Judith aposta no carvão como uma estratégia de sobrevivência importante para garantir seu sustento e da sua família. Segundo o que relatou, Judith entrou no negócio do carvão, comprando o produto em um dos espaços de comércio mais populares da cidade de Manaus, a Praia do Mercado.

Como nos adverte Alessandro Portelli, a narrativa, em geral, sempre envolve fatores pessoais e coletivos<sup>54</sup>. A narrativa de Judith, desse modo, foi fecunda, pois indicou e permitiu entrever que sua experiência não foi de forma alguma isolada, única, mas compartilhada por outras mulheres que atuavam na atividade. Nessa direção, assim se reportou Judith sobre seus primeiros passos na urbe manauara, o trabalho e as observações que fez neste ambiente e lhe inspiraram posteriormente a entrar na atividade carvoeira, bem como as pressões e conflitos ocorridas no interior do espaço doméstico,

Aí eu vim pra cá né, cheguei aqui estranhei muito sabe, aí fui trabalhar. Trabalhei na fábrica de castanha, na quebra sabe [pausa] de castanha. Aí quando a fábrica fechou, aí foi quando eu comecei a ver as vizinha fazer o carvão né, aí fiquei vendo....aqui não tem esse Bariiri? Aqui perto da ponte era isso, só que nós não morava no Bariiri, nós morava entre a Matinha e a Boa Sorte, você conhece num conhece? Pois é a casa da minha irmã era lá. Aí vi a vizinha fazer carvão né, aí eu já estava noiva, eu já tava noiva aí eu me casei, antes de fazer um ano que eu vim do sítio eu me casei. Eu cheguei aqui em agosto de 60, aí quando foi em julho de 61, dia 02 de julho eu me casei. Aí fui morar, num tinha precisão de trabalhar, quando a fábrica reabriu mandaro me chamar, o pessoal da fábrica mandaro me chamar, só que o meu esposo num deixou eu voltar pro trabalho<sup>55</sup>.

O estranhamento de Judith talvez estivesse ligado a nova realidade com a qual se depara quando chega a Manaus nesse momento: uma cidade grande, tanto espacial como demograficamente, e que, ao contrário da propugnada estagnação, encontrava-se em relativa expansão<sup>56</sup>, processo este que, sabemos, se aceleraria ainda mais com a implantação da ZFM em 1967. Foi descascando castanha na Usina Alegria<sup>57</sup> que Judith, ainda com 16 anos de idade, deparou-se com o contexto do trabalho urbano em Manaus.

Inicialmente comprando o carvão, na praia do mercado, de produtores interioranos e das áreas ribeirinhas da cidade, o que implicava um longo deslocamento a pé, e vendendo aos

---

comércio da borracha já entrara em declínio, então lotearam as terras e as venderam (Fonte: Jornal do Comércio, Suplemento especial, 24 de outubro de 2006).

<sup>54</sup> PORTELLI, Alessandro. *Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*. Projeto história, São Paulo, n. 10, 1993, p. 43.

<sup>55</sup> SANTOS, Judith dos. *Judith dos Santos: depoimento* [jan. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 89 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM.

<sup>56</sup> O censo do IBGE de 1960 estimava uma população de 175.343 habitantes. Dez anos depois já registrava-se cerca de 314.197 habitantes. Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>.

<sup>57</sup> A Usina Alegria compunha uma das empresas do grupo *Industrias I.B. Sabbá S/A* de propriedade do empresário Isaac Benayon Sabbá, filho de judeus marroquinos que chegaram a cidade em 1922 vindos de Belém. (CABRAL, Romeu. *A Amazônia e o petróleo*. São Paulo: Editora Fulgor, 1960, p. 111)



moradores do bairro, optou posteriormente pela construção de uma caieira em seu quintal para fabricação do próprio material. Judith comprava e, por vezes, catava e reaproveitava sobras de madeiras no lixo, em construções nas diversas serrarias da cidade.

Wilton Alves e Judith dos Santos – assim como os demais carvoeiros que se dedicavam ao fabrico do carvão – tinham como um dos primeiros desafios em sua atividade a obtenção da madeira para produzir o carvão. Aparentemente simples, esta tarefa implicava alguns problemas. Para os primeiros, que constituíam a grande maioria, inevitavelmente, isso demandava a derrubada de alguma quantidade de madeira da floresta e sua queima para se produzir o carvão vegetal.

Embora a legislação florestal<sup>58</sup> da época não fizesse nenhum tipo de condenação social, é notório que recaía sobre a atividade da carvoaria e, conseqüentemente, sobre os carvoeiros em geral, a pecha de destruidores de matas, “fabricantes de desertos”<sup>59</sup>, como, em meados da década de 1940, observava a geógrafa Elza Coelho

A produção de carvão vegetal, o qual se apresenta como com combustível barato e indispensável entre nós, pesa, no entanto, enormemente sobre nossa riqueza florestal, acarretando a destruição sistemática das matas e capoeiras, com todas as conseqüências daninhas decorrentes do intenso desflorestamento<sup>60</sup>.

A despeito desse discurso condenatório e dos dados estatísticos que o embasavam<sup>61</sup>, convém observar que, antes de tornar-se o carvão consumido por muitas usinas, pequenas fábricas e lares do Brasil e de Manaus, a madeira utilizada por Wilton, Judith e tantos outros carvoeiros atendia também a muitas outras demandas.

Pelo Brasil afora, pode-se afirmar que era considerável a exploração madeireira, cuja utilização servia às mais diversas finalidades, constituindo-se assim a derrubada das matas, como ressaltam estudos realizados nesse período, quase que um “elemento comum na paisagem brasileira”<sup>62</sup>.

É notório que, no Amazonas, a atividade de exploração madeireira sempre teve um papel de destaque no âmbito socioeconômico, haja vista ser o estado detentor do maior percentual de cobertura florestal no Brasil. Ao analisar retrospectivamente, em meados da década de 1970, o

<sup>58</sup> Código Florestal/1934 (Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao>).

<sup>59</sup> BRANNSTROM, Christian. “A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? Avaliando a hipótese da madeira, 1900-1960. In: FRANCO, Jose Luiz de Andrade et al (orgs). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 57.

<sup>60</sup> SOUZA, Elza Coelho de. “Carvoeiro” In: Revista Brasileira de Geografia, Out-Dez 1946, n. 4, p. 151.

<sup>61</sup> Segundo dados do período, o consumo de madeira para combustível foi no ano de 1949 equivalente a: 81.289.783 m<sup>3</sup> de lenha e 604.110.769 kg de carvão vegetal (Fonte: Jornal do Brasil (RJ), 4 de novembro de 1954. Fonte: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 31 de janeiro de 2017).

<sup>62</sup> SCHAEFFER, Regina Pinheiro Guimaraes. “Derrubada” In: Revista Brasileira de Geografia, Ano 8, n. 4, out/dez 1946, p. 153.



processo de desenvolvimento da Amazônia, o estudioso Djalma Batista observa que, em relação a esse aspecto,

A produção madeireira em 90% provém das florestas de várzea, cujas espécies (somadas a algumas de terra firme, especialmente as chamadas madeiras moles), sempre serviram como combustível doméstico, lenha ou carvão, e depois a partir de meados do século XIX, para acionar os navios a vapor que encheram os rios da planície. No início do século passado, as usinas de luz começaram a ser montadas pelas companhias inglesas, funcionando primeiro em Belém e Manaus; para estas vinha carvão de pedra da Europa até o rompimento da 1ª Grande Guerra; depois, tanto elas como as outras, de iniciativa oficial, aos poucos surgidas nas cidades do interior, passaram também a consumir lenha<sup>63</sup>

Para além do quadro aludido pelo autor, é importante salientar que, no contexto observado, a exploração madeireira atendia tanto às necessidades do mercado interno quanto do externo, principalmente com as chamadas madeiras de lei (cedro, mogno, andiroba, jacareúba, louro<sup>64</sup>, etc.), matérias-primas essenciais sobretudo para a indústria moveleira. É interessante observar que as grandes serrarias da capital dependiam do trabalho do homem interiorano, num processo que, segundo Andrade, assemelhava-se em muito ao trabalho nos seringais da época da borracha. Assim, para o escritor,

O tirador de madeira, isto é, o madeireiro, personagem principal na extração desse produto, é sempre financiado pelas empresas de serrarias que lhe fornecem dinheiro ou mercadorias que lhe permitem trabalhar de novembro a maio do ano seguinte, no mesmo primitivo processo utilizado nos seringais. Seu trabalho consiste em adentrar as cabeceiras dos rios, onde encontram as madeiras de lei pesadas que abatem, desgalham, cortam em toras, onde é medida pelo comprador<sup>65</sup>

Ainda segundo o autor, após o exaustivo processo de extração da madeira no interior da floresta e do lento transporte em jangadas pelos igarapés e rios da região, as toras chegavam a seu destino nas diversas serrarias de Manaus, estrategicamente localizadas nos igarapés dos bairros “litorâneos” da cidade. Nessa perspectiva, o escritor salienta que

Em Manaus existem muitas serrarias, as mais antigas são: a Serraria dos Pereira na boca do igarapé do Educandos; a Serraria Hore no Plano Inclinado; a Serraria Moraes no Igarapé de Educandos, na cabeça da ponte velha que liga o bairro a cidade; a Serraria Jackson Cabral em Educandos e a Serraria Matias, no fim da Wilkens de Matos, já próximo a Ramos Ferreira<sup>66</sup>.

A madeira geralmente era “armazenada” no leito dos próprios igarapés, de onde as serrarias retiravam-nas e, conforme a necessidade, cortavam-nas para transformá-las em tábuas,

<sup>63</sup>BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Valer, Edua e Ed. Impa, 2007, p.161.

<sup>64</sup> ANDRADE, Moacir. Op. Cit.p. 189.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> ANDRADE, Moacir. Op. Cit., p. 190.





ripas, pernas-mancas etc., utilizadas pelas fábricas de móveis, na construção civil e de moradias populares.

Para muitos carvoeiros e carvoeiras, como a entrevistada Judith dos Santos, essas serrarias representavam uma importante fonte de matéria-prima para a fabricação do carvão. Seja catando as sobras decorrentes do processo de serragem da madeira, seja também comprando diretamente dos estabelecimentos aquelas madeiras menos nobres, “mais fracas”<sup>67</sup>, portanto, mais baratas, como ressalta a carvoeira Judith dos Santos. Quanto a isso, a entrevistada relata o seguinte

[Eu] comprava na serraria, num sei se você ouviu falar na [inaudível] uma serraria que tinha bem aqui antes da cabeça da ponte de São Raimundo Comprava na serraria, nas construção e lá do lixo, lá da beira do rio carregava a pé. Aí eu ficava trabalhando no carvão, ficava trabalhando no carvão sabe. Pegava o dinheiro ia na serraria eu comprava madeira, ia nas construção eu comprava madeira, essa minha cumadre que eu tava lhe falando do terreno, era quem ia mais eu sabe, comprar madeira nas serraria, nas construção, ai quando num tinha, num tinha construção, eu ia carregar, mas o meu destino era botar meus filho pra estudar<sup>68</sup>.

Chama a atenção no relato de Judith e sua experiência de trabalho com o carvão o fato de contrariar uma concepção que impunha a mulher os estereótipos de sexo frágil, dados por vezes como universais, tais como submissão, recato, delicadeza e fragilidade<sup>69</sup>. É significativo observar, também, nesse sentido, sua presença no espaço público, pelas ruas em busca da matéria-prima para fabricar o carvão, o que também muitas vezes ia contra os anseios da família e da sociedade: “sabe eu era nova eu tinha medo da língua do pessoal que era muito forte aí eu fiquei andando.”<sup>70</sup>

As múltiplas experiências de Judith, assim como as de outros carvoeiros, em sua lida remetem-nos às discussões do historiador Marcel Van der Linden que, ao problematizar o conceito de classe trabalhadora, mostra a existência de variadas interfaces e uma grande fluidez no que diz respeito às categorias de trabalhadores livres e outros grupos subalternos. Nesse sentido, afirma o autor

Trabalhadores subalternos individuais podem também combinar diferentes modos de trabalho tanto sincrônica quanto diacronicamente [...] A distinção entre os diferentes tipos de trabalhadores subalternos não é tão precisamente

<sup>67</sup> SANTOS, Judith dos. Judith dos Santos: depoimento [jan. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 89 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM. Judith deu a entender que madeira fraca era aquela que não produzia um carvão de boa qualidade como aquele feito na mata, de madeira nova. Por outro lado, atendia satisfatoriamente o uso no ambiente doméstico.

<sup>68</sup> SANTOS, Judith dos. Judith dos Santos: depoimento [jan. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 89 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM.

<sup>69</sup> SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano In: DEL PRIORI, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004, p. 368

<sup>70</sup> SANTOS, Judith dos. Judith dos Santos: depoimento [jan. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 89 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM.



delimitada. As implicações são de longo alcance. Aparentemente, há uma grande classe de pessoas dentro do capitalismo cujo trabalho é mercantilizado de muitas formas<sup>71</sup>

Ademais, a madeira que Judith, Raimunda e outros carvoeiros e carvoeiras utilizavam para produzir o carvão, além de representar, no espaço regional, uma atividade econômica significativa, apresentava-se também como um importante componente da cultura do amazônida em suas formas de viver e habitar.

A madeira constituía-se no material básico para a construção das habitações rurais e urbanas das camadas populares. Como salienta o sociólogo André Araújo, em suas observações sobre o meio urbano e suburbano da cidade, nesse contexto, “domina em todos, verdadeiramente o tipo mocambo, coberto de palha, de zinco, ou de telha, fechado de palha, de madeira ou de taipa”<sup>72</sup>.

Nessa perspectiva, o escritor Moacir Andrade observa, ainda, que, nesse período, nos periféricos e ainda “longínquos bairros de Manaus”<sup>73</sup>, assim como nas cidades interioranas, a abrigão de palhas constituía-se em uma ocupação importante para a construção da casa “pobre e típica”<sup>74</sup>.

Em meio a essa “civilização de palha”<sup>75</sup> e madeira, é notório que habitar, ter relação com esse espaço e materiais, acaba tendo uma conotação de distinção social. Lembrança de um passado marcadamente indígena, tido como derrotado, bárbaro e atrasado, como lembra José R.B. Freire<sup>76</sup>, essas formas de viver e trabalhar, muitas vezes, eram analisadas a partir de juízos higienistas e sanitaristas e serão duramente combatidas nos anos que antecederam a implantação da Zona Franca de Manaus em 1967.

E, ainda nesse sentido, reportamo-nos à constituição de um dos mais singulares espaços de moradia de Manaus, sobretudo entre os anos de 1920 e 1967<sup>77</sup>: a Cidade Flutuante, que formava, na orla da cidade, “um conjunto de casas de madeira, construídas sobre troncos de árvores.”<sup>78</sup>

<sup>71</sup>LINDEN, Marcel van der. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*, São Paulo, v. 24, n. 42, 2005, p. 27

<sup>72</sup>ARAÚJO, André Vidal de. *Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação*. Manaus: Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1974, p. 329.

<sup>73</sup>ANDRADE, Moacir. Op. Cit. p. 170.

<sup>74</sup>ANDRADE, Moacir. Op. Cit., p. 170.

<sup>75</sup>FREIRE, Jose Ribamar Bessa. Manaós, Barés e Tarumãs In: *Amazônia em cadernos do Museu Amazônico*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, vol. 1,2, nºs 2/3 dez 1993/1994, p159-179.

<sup>76</sup>Idem.

<sup>77</sup>Essa periodização refere-se ao momento de maior adensamento da cidade flutuante, a partir da década de 1920 e sua total desarticulação por volta de 1965-67.

<sup>78</sup>SOUZA, Leno José Barata. Op. Cit., p. 14.



Além de representar a expressão de uma relação do amazônida com a água, não se pode deixar de pensar que este tipo de moradia significava uma alternativa mais barata para a população pobre, visto que escapava em certo sentido à própria lógica capitalista, pois ao contrário da terra, a água não se constituiu como propriedade privada, “portanto, não é no sentido da moradia, uma mercadoria”<sup>79</sup>.

Certamente que as habitações de madeira dos bairros periféricos, os flutuantes e especificamente a chamada “Cidade Flutuante”, representaram um importante espaço de moradia e trabalho para muitos carvoeiros e carvoeiras. Uma de nossas entrevistadas, Judith dos Santos, lembra-se do tempo em que morou em um flutuante, às margens do igarapé do bairro de São Raimundo, praticamente nos anos que marcaram a desarticulação deste tipo de habitação na cidade. Com temeridade e apreensão, Judith considerava perigoso esse tipo de moradia, já que “caía gente, criança, mulher, criança afogada toda hora de vez em quando escutava na voz morreu uma criança ali”<sup>80</sup>. Ainda assim, Judith afirma

Flutuante...coisa mais linda! Aqui nesse igarapé do São Raimundo cheio, ali no Educano (sic), aqui na beira mar mermo, São Raimundo era cheio de flutuante, ali onde é a ponte tem um igarapezinho que é ai do Sulamérica que antigamente era um matadoro (sic) onde que era ali que eu ficava, ele viajava ali, aí tudo bem [...] Não era só eu, tinha muitos, não só eu não, tinha dia que tava tudo encostado num sabe...poxa principalmente assim quando o rio vai enchendo né, aí vinho lá de dentro, outros já iam dali de fora, era um trovejo, agora era grandão o meu sabe, bem grandão, bem bonito meu flutuante, só que era coberto de palha ainda, já tavam cobrindo de alumínio, mas o meu era de palha<sup>81</sup>.

Chama a atenção em sua narrativa que, apesar das adversidades que marcavam a vida neste espaço e do discurso condenatório que, a partir de 1965, desmantelou a Cidade Flutuante, a imagem mais presente ou mais forte que ressalta em sua memória é a de um espaço relativamente agradável e conveniente para se viver e morar. Imagem bem diferente daquela observada pelos acadêmicos Serra e Cruz<sup>82</sup>, quando, no ano de 1964, em pesquisa na Cidade Flutuante, afirmam: “a cidade flutuante é feia? Sim. A cidade flutuante é suja? Sim. É um antro de perdição? Ainda confirmamos.”<sup>83</sup>

<sup>79</sup> OLIVEIRA, José Aldemir de. Op. Cit., p. 79

<sup>80</sup> SANTOS, Judith dos. Judith dos Santos: depoimento [jan. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 89 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM.

<sup>81</sup> SANTOS, Judith dos. Judith dos Santos: depoimento [jan. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 89 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM.

<sup>82</sup> Celso Luiz Rocha Serra e Wilson Rodrigues da Cruz eram acadêmicos de Ciências Econômicas da UEG e da UA respectivamente. Realizam em 1964 estudo pioneiro sobre a cidade flutuante (SOUZA, Leno José Barata. Op. Cit., p. 17)

<sup>83</sup> SERRA, Celso Luiz Rocha & CRUZ Rodrigues Wilson. Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964, p. 33.



Percebe-se, desse modo, que, para alguns carvoeiros, assim como para outros trabalhadores, a opção por este tipo de moradia representava a possibilidade de um acesso mais rápido e fácil a seus locais de trabalho, localizados, nesse momento, sobretudo na área central da cidade.

Notas e queixas policiais observadas na imprensa periódica nos permitem perceber a recorrência a este expediente, como o caso de um “velho carvoeiro” chamado José Vicente que, reclamando de perseguição “por parte de um grupo de moleques”, aparece na matéria como tendo estabelecido moradia “em sua própria canoa”<sup>84</sup>. Segundo informa o jornal, José Vicente costumava deixar sua “residência” ancorada em um ponto da área central denominado “Passagem do Cabral”<sup>85</sup> para depois subir à cidade, afim de tratar da venda do seu carvão.

Para alguns carvoeiros, a facilidade propiciada pela proximidade com a área central acabava apresentando também alguns inconvenientes. O carvoeiro Francisco Raimundo Nonato teve o flutuante em que morava com família, “à margem Igarapé de Manaus”<sup>86</sup>, próximo à segunda ponte da Av. Sete de Setembro, atingido por um veículo da C.E.R (Companhia de Estradas e Rodagens). Em outras notas, quase sempre presentes nas colunas policiais, percebe-se a presença recorrente de muitos trabalhadores nestes espaços, sobretudo aqueles ligados aos negócios da carvoaria:

Foram presos, ontem, Antônio Guilherme Melo, rio-grandense do norte, com 28 anos de idade, solteiro, **carvoeiro**, domiciliado no Igarapé de Manaus; Maria de L. Silva, filha de Gabriel da Silva, amazonense, com 20 anos de idade, solteira, residente do Igarapé de Manaus e Francisco Duarte da Silva, filho de Antônio Dantas da Silva, morador do Igarapé de Manaus, também **carvoeiro**<sup>87</sup>.

É notório que o aparecimento destes e de outros trabalhadores nesses espaços, vivendo, morando e trabalhando, pode revelar-se, em certa medida, como estratégica, o que, ao nosso ver, contraria uma determinada visão que os compreende como destituídos de qualquer lógica ou algum senso racional, muitas vezes em função da atividade exercida ou condição social.

Esta concepção é recorrente em alguns escritos memorialistas sobre a cidade, como os de Jeferson Peres. De acordo com Peres, nesse período, os trabalhadores em geral representam um grupo totalmente “amorfo e disperso”<sup>88</sup>. Em se tratando daqueles que exerciam trabalho por conta própria, ou no subemprego, como prefere o autor, “envolvidos em mil e uma

<sup>84</sup> O Jornal, 19 de janeiro de 1946 (In: SOUZA, Leno José Barata. Op. Cit., p. 239)

<sup>85</sup> Pontilhão de madeira que se localizava embaixo da primeira ponte de pedra da Av. Sete de Setembro, no centro de Manaus (CASTRO, Mavignier de Síntese histórica da evolução de Manaus. 2.ed. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1968, p. 60)

<sup>86</sup> Jornal do Comércio, 10 de agosto de 1954.

<sup>87</sup> Jornal do Comercio, 17 de abril de 1948.

<sup>88</sup> PERES, Jeferson. Op. Cit., p. 24.



atividades”<sup>89</sup>, sua percepção era de que estes não possuíam as mínimas condições de se colocarem no meio social como um grupo reivindicante, portanto, de forma ativa. Moacir Andrade também observa que os carvoeiros não tiveram qualquer tipo de representação institucional, visto que eles eram “muito pobres e muito primários, eram pobres e primários demais, analfabetos”<sup>90</sup>.

Ao contrário dessas noções preconcebidas, observamos, porém, como foi salientado, que, na verdade, as atitudes, opções e escolhas dos trabalhadores anteriormente referenciados mostram-se, sim, dotadas de certa lógica, racionalidade e senso prático, como assinala Pierre Bourdieu<sup>91</sup>.

Compreendemos, desse modo, que muitos carvoeiros, assim como outros trabalhadores, imbuídos desse sentido prático aliado às suas experiências e percepções cotidianas de trabalho, construía suas próprias estratégias de sobrevivência, articulando as suas maneiras de viver, de morar, etc.

Acreditamos que, em certa medida, isso se inscreve também no que James Scott<sup>92</sup> definiu como a resistência cotidiana. Ainda que direcione seus estudos e análises ao campesinato, o autor nos fornece elementos para perceber que a resistência constitui-se, em si, um processo que não está ligado somente a determinados momentos, tidos como cruciais ou de maior dramaticidade, como revoltas, motins e revoluções.

É significativo observar também, nesse sentido, outro aspecto que envolvia a atividade dos carvoeiros e que estava relacionado à circulação do carvão pela cidade. Segundo o escritor Moacir Andrade, o carvão vegetal era oferecido “todas as manhãs pelas ruas da antiga cidade de Manaus, cheia de cavalos, burros, jumentos e homens portando sacos de todos os tamanhos”<sup>93</sup>. Em uma de suas edições, o *Jornal do Comércio* traz a seguinte notícia

#### **Foi atropelado o carvoeiro**

Tertuliano de Almeida Monteiro, carvoeiro, com 41 anos de idade, casado, domiciliado à rua Emilio Moreira, 1.644, quando subia aquela artéria montado em seu cavalo, vinha em sentido contrário um caminhão não identificado por Tertuliano, sendo que a cavalgadura, não obedecendo as rédeas, dirigiu contra a mão, originando o cavaleiro ser lançado ao solo pelo veículo, que foi de encontro ao animal, saindo Tertuliano com os seguintes ferimentos: contusão na articulação escapulo umeral direito e escoriações generalizadas<sup>94</sup>

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> ANDRADE, Moacir. Moacir Andrade: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 90 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH/UFAM.

<sup>91</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 79.

<sup>92</sup> SCOTT, James C. Op. cit., p. 223.

<sup>93</sup> ANDRADE, Moacir. Op. , p. 55

<sup>94</sup> *Jornal do Comercio*, 18 de novembro de 1947, p. 6. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 31 de junho de 2016.



Para além das informações trazidas pelo escritor e do periódico, é possível tecer algumas observações. A despeito da proibição presente no Código de Posturas do Município de Manaus, então vigente, quanto ao trânsito e montaria de animais de qualquer espécie ocorrer nas ruas da cidade<sup>95</sup>, percebe-se que tal medida não chegava a ser observada por esses trabalhadores.

Certamente que tal dispositivo, imbuído de um sentido normatizador do espaço urbano, atentava contra suas práticas sociais e culturais, como o uso dos animais para o transporte de mercadorias, neste caso, o carvão, trazido de ponto distantes da área central e cujo percurso implicava a locomoção em estradas precárias e de terra batida.

Entendemos que este aspecto nos remete às observações do historiador E.P. Thompson, quando, ao destacar sua definição de cultura, nos diz que esta se caracteriza por “um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o dominado, a aldeia e a metrópole”<sup>96</sup>. Para o autor, a cultura se manifesta sempre como uma arena no qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes<sup>97</sup>.

A mobilidade presente na atividade de alguns carvoeiros trazia para o meio urbano elementos do espaço rural que certamente não condiziam com aquilo que as classes dirigentes entendiam como o modelo de vida na cidade, e isto incluía a presença de animais. Nesse entendimento, Thompson nos adverte também que a lei faz parte de um campo de relações de forças e, portanto, nem sempre é imposta arbitrariamente sobre a população, sobretudo as classes populares.

Vale sublinhar ainda que, o carvão circulava, sobretudo, segundo o que relatou Wilton Alves pelas mãos de diversos vendedores ambulantes, que adquiriam o produto diretamente aos produtores ou revendedores e o ofereciam a seus clientes ou compradores ocasionais. Nesse sentido, nos relata que

Naquele tempo tinha os carvoeiros de cabeça, cabeça que eu digo e aqueles que enchiam o saco, botavam na costa e saiam vendendo de porta em porta. Naquele tempo não tinha caminhoneiro, não tinha entregador, não tinha como tá agora, era os carvoeiros de cabeça que andavam de pé, vendendo cada um vendia uma lata<sup>98</sup>

O relato de Wilton, além de seu aspecto informativo e descritivo, vem carregado sempre de algum significado e um deles relaciona-se aos tempos da narrativa. Isto nos remete à analogia proposta por Alessandro Portelli, denominada *lançadeira*. Nesta perspectiva, sempre a “estória

<sup>95</sup> Art. 692 do Código de Posturas do Município de Manaus, Ato nº 44, de 29 de julho de 1938.

<sup>96</sup> THOMPSON, E.P. Op. Cit., p. 17

<sup>97</sup> Ibid., p. 117.

<sup>98</sup> PEREIRA, Wilton Alves. Wilton Alves Pereira: depoimento [out. 2016]. Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus: UFAM, 2016. 47 minutos sonoros. Entrevista concedida ao PPGH-UFAM





está sendo contada tendo o presente em mente”<sup>99</sup>. Sabemos que atualmente o carvão e o trabalho do carvoeiro são perpassados por outros significados e personagens.

Alfredo Castro, por outro lado, destaca que alguns carvoeiros que atuavam na comercialização do carvão costumavam dividir o tempo com outras atividades, certamente uma estratégia que garantia uma melhora nos rendimentos

Pois é, naquele tempo a carroça, que tinha duas carroças, uma do Benjamim outra do Parafuso. O Parafuso até a época que eu comecei a vender aqui esse Parafuso botou bem aí onde fizeram o trabalho ali na entrada botou uns saquinhos pra vender ali, e tinha a burrinha dele aqui quando não tinha trabalho ele tava ali vendia algum saquinho, quando chegava o trabalho ele deixava o carvão dele ia fazer o frete na carroça dele. Ele parava a burrinha dele aí, ficava aí esperando trabalho daqui, quem desse ponto de madeira pra levar, uma madeira pra cá e pra acolá, quando ele chegava ficava aí, era pouquinho carvão, botava cinco, seis sacas, aí ele trabalhava, aí levava meu carvão daí do depósito e levava pra lá<sup>100</sup>.

A fala de Alfredo chama a atenção novamente para a simultaneidade de ocupações com as quais estes trabalhadores envolviam-se, no caso, o carvoeiro também atuando como carroceiro. Relevante ainda é observar que o trabalhador era o proprietário de seu instrumento de trabalho, a carroça.

A atuação desses e de outros trabalhadores que certamente circulavam pelas ruas e calçadas da cidade transportando e disponibilizando seus produtos, se por um lado representava uma comodidade para os consumidores, por outro lado, não deixaria de receber críticas de setores da sociedade representados no discurso jornalístico, sendo essa presença vista, por vezes, como incômoda no espaço citadino. Nesse sentido, a matéria publicada em um periódico local deixa transparecer tal realidade

Deve haver uma proibição no sentido de impedir que carregadores transitem com volumes a cabeça, pelo meio das calçadas.

Uma grave irregularidade que se tem verificado em Manaus é a que se verifica (sic) em relação à condução de volumes pelas calçadas a fora Em parte alguma do mundo, onde haja uma cidade civilizada admite-se semelhante coisa, pois para isto há regulamentos policiais rigorosos impedindo que se passe com volume a cabeça pelas calçadas. Em Manaus isto não foi resolvido, constituindo um verdadeiro perigo andar-se em muitas calçadas, pela ameaça de receber-se de um momento para outro uma tremenda encontrada<sup>101</sup>.

Para além da preocupação com a segurança dos transeuntes, percebe-se que este discurso evidencia também as diferentes visões sobre os modos de usos e circulação no espaço público da cidade. É notório que, em última análise, estas concepções relacionam-se, conforme

<sup>99</sup> PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In FENELON, Dea Ribeiro et al. *Muitas Memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004, p. 302.

<sup>100</sup> LISBBOA, Alfredo Castro. Alfredo Castro Lisboa: depoimento [dez; 2001] Entrevistador: Sérgio Carvalho de Lima. Manaus, UFAM, 2001, 50 minutos sonoros. Entrevista concedida ao Departamento de História da UFAM.

<sup>101</sup> Jornal Folha do Povo, 18 de fevereiro de 1950.



Raquel Rolnik, a um movimento de separação das classes sociais e de funções do espaço urbano. Para a autora, “é como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um de seus moradores”<sup>102</sup>.

Ademais, cabe salientar que o serviço popular de entrega a domicílio, destacado por memorialistas e pelos próprios carvoeiros, que começou a enfraquecer provavelmente ao longo da década de 1960 e no início da década de 1970, já era anunciando como algo do passado pela imprensa periódica<sup>103</sup>.

Acreditamos assim que a expansão de novas fontes energéticas, como o gás de cozinha no ambiente doméstico, observado então como um sinal do progresso que a cidade experimentava em virtude da implantação anos antes da ZFM, contribuiu em certa medida para este declínio. É notório que este enfraquecimento não significou o fim da atividade e esta ao longo das décadas, tem continuado presente no cotidiano do país e da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar, o espaço urbano de Manaus nesse período acomodava diversas categorias de trabalhadores informais, entre elas a dos carvoeiros e carvoeiras, que, em sua labuta diária, forjavam, dentro de uma cultura própria, suas estratégias sobrevivência. Esse entendimento, certamente, amplia também a noção de luta e resistência para outras esferas que não a organizacional ou institucional, e, desse modo, é possível percebê-la no próprio dia a dia, na relação com o espaço urbano, na disputa pelos espaços de viver, morar e trabalhar.

Ademais, as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras aqui discutidas, lançam olhar para outras possibilidades de leitura do período que, convencionou-se chamar de “crise” ou “estagnação”. Este esquema, desenvolvido por determinada historiografia, sentou suas bases explicativas predominantemente no viés econômico, obscurecendo outras dimensões e personagens do cenário histórico, o que o presente trabalho buscou ressaltar. Acreditamos, no entanto, que outros estudos podem ampliar e aprofundar esta perspectiva.

**Recebido em: 22/06/2018**

**Aceito em: 11/07/2018**

---

<sup>102</sup> ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 41.

<sup>103</sup> Jornal do Comércio, 26 de junho de 1970. O título que encabeçava a referida matéria era o seguinte: “Carroças: só restam lembranças”



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: Textos em História oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ANDRADE, Moacir. Manaus: Ruas, fachadas e varandas. Manaus: Ed. Humberto Calderaro, 1984.

BATISTA, Djalma. O complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Valer, Edua e Ed. Impa, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANNSTROM, Christiam. “A madeira foi o combustível que moveu a industrialização brasileira? Avaliando a hipótese da madeira, 1900-1960. In: FRANCO, Jose Luiz de Andrade et al (orgs). Historia Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. Campinas, Cad. AEL, v.14, n.26,2009.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. Quando viver ameaça a ordem urbana – trabalhadores de Manaus (1890-1915). Manaus: Valer, 2014.

DAOU Ana Maria. Cidade, teatro e o “Paiz das seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na passagem do século XIX-XX. Rio de Janeiro: Rio Book’s, 2014.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. Usos e Abusos da História Oral. 8.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FORTES, Alexandre et al. Cruzando Fronteiras: Novos olhares sobre a História do Trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

LINDEN, Marcel van der. Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. 5.Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MELO, Thiago de. Manaus, Amor e Memória. Rio de Janeiro: Philobliblion, 1984 (Coleção Ofício do Viver, 1)

OLIVEIRA, Jose Aldemir de. Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Valer, 2003.

PERES, Jefferson. Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei. Manaus: Ed. Valer, 2002.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1996.



PORTELLI, Alessandro. Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto história, São Paulo, n. 10, 1993

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 41.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 223. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-33522011000100009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009).

SERRA, Celso Luiz Rocha & CRUZ Rodrigues Wilson. Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.

SOUZA, Leno José Barata. “Cidade Flutuante” - Uma Manaus Sobre as Águas (1920-1967). Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica/SP. 2010, p. 19

SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Valer, 2009.

SPERANZA, Clarice. Cavando Direitos – As leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

THOMPSON, E.P. Costumes em comum – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

